

Leitos grátis perdem espaço

As Santas Casas de Misericórdia estão destinando menos leitos para atendimento gratuito à população para fugir aos constantes atrasos de pagamento. "Só temos obrigação legal de atender no mínimo 60 por cento para os pacientes cobertos pelo Sistema Único de Saúde", disse Sylvio Pellicano, superintendente da Federação das Misericórdias do Estado de São Paulo. Os 40 por cento restantes Os hospitais estão sendo progressivamente destinados aos planos de saúde próprios e a convênios que os hospitais filantrópicos vêm firmando com empresas, à revelia do Governo.

Atualmente, já são 14 os hospitais (de um total de 417 em todo o estado com orientação beneficente) que estão ampliando o atendimento em esquema idêntico ao da iniciativa privada. "É a alternativa que estamos tendo para sobrevi-

ver", disse Pellicano, um dos entusiastas da idéia.

Foi o Decreto 752, de fevereiro de 1993 que obrigou as Santas Casas a destinar 60 por cento dos seus leitos para o setor público. Assim, elas continuariam isentas de recolher as contribuições à Seguridade Social. Segundo Pellicano, no futuro os planos serão expandidos com contratação de médicos fora dos hospitais. "Fizemos uma adaptação do que existe no mercado, com a vantagem de mensalidades 40 por cento mais baixas", disse.

Três das principais entidades de assistência a deficientes físicos do Rio de Janeiro, receberam apenas oito dólares como subvenção social, nos últimos dois anos. Os representantes da Associação Pestalozzi, Associação Brasileira Beneficente de Reabilitação Física e Associação Fluminense de Reabilitação, reclamaram ontem não só da falta de recursos, mas também do valor pago pelo Sistema Único de Saúde (SUS) pelos serviços prestados.